

ANA FRAZÃO
ANGELO GAMBA PRATA DE CARVALHO
Coordenadores

EMPRESA, MERCADO E TECNOLOGIA

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Claudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

1164035

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

E55 Empresa, mercado e tecnologia / Ana Frazão, Angelo Gamba Prata de Carvalho (Coord.) – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

384p.; 17 cm x 24 cm
ISBN: 978-85-450-0659-6

1. Direito Econômico. 2. Direito Empresarial. 3. Direito Digital. I. Frazão, Ana. II. Carvalho, Angelo Gamba Prata de. III. Título.

CDD 341.378
CDU 346

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FRAZÃO, Ana; CARVALHO, Angelo Gamba Prata de (Coord.). *Empresa, mercado e tecnologia*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 384p. ISBN 978-85-450-0659-6.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

ANA FRAZÃO	13
-------------------------	----

PARTE I

**O PAPEL DO DIREITO NA CONFORMAÇÃO E REGULAÇÃO
DA EMPRESA E DOS MERCADOS**

SOCIOLÓGIA DO PODER NAS REDES CONTRATUAIS

ANGELO GAMBA PRATA DE CARVALHO	17
I Introdução: fragmentos sobre poder e responsabilidade	17
II A sociologia do poder como ferramenta para o estudo da organização da atividade econômica.....	20
III O fenômeno das redes contratuais e os desafios impostos à dogmática jurídica	29
IV A sociologia do poder como instrumento para a aferição da responsabilidade nas redes contratuais	38
IV.1 Poder e autoridade nas <i>networks</i> : dependência econômica e o risco do controle externo	40
IV.2 Responsabilidade interna dos membros da rede	42
IV.3 Responsabilidade externa dos membros da rede.....	44
V Conclusão	45
Referências	46

MERCADORIAS FICTÍCIAS, DIGNIDADE E PREÇO. REFLEXÕES SOBRE DIREITO E MERCADO NO SÉCULO XXI

JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS	51
I Introdução	51
II O caminho da Sociologia clássica para a nova Sociologia econômica.....	52
III O mercado para o Direito, um breve esboço jurídico-constitucional.....	56
IV A tese de Karl Polanyi e sua efetivação ao longo do século XX.....	59
V A resposta jurídico-democrática à autorregulação do mercado: surgimento, apogeu e crise do Estado de Bem-Estar	61

VI	As especificidades do caso brasileiro na mercantilização neoliberal pós Constituição de 1988.....	64
VII	Considerações finais.....	67
	Referências.....	68

A RELAÇÃO ENTRE PODER ECONÔMICO E PODER POLÍTICO NO PROCESSO ELEITORAL. ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DOS MODELOS BRASILEIRO E NORTE-AMERICANO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NO PROCESSO ELEITORAL

RAPHAEL CARVALHO DA SILVA	71	
I	Introdução.....	71
II	A relação entre poder econômico e poder político.....	73
II.1	Fundamentos jurídicos.....	73
II.2	Modelos teóricos de regulação do financiamento de campanhas.....	77
III	O posicionamento da suprema corte dos Estados Unidos.....	80
IV	O julgamento da ADI nº 4.650 (2015) pelo STF.....	83
V	Considerações finais.....	87
	Referências.....	88

O PROCESSO DECISÓRIO NA ERA DO “BIG DATA”. ÉTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

MARIA CRISTINE BRANCO LINDOSO	91	
I	Introdução.....	91
II	<i>Softwares</i> , processamento de dados em massa, <i>big data</i> e <i>data mining</i>	91
III	Conflitos no uso das novas tecnologias.....	94
III.1	Correlações estatísticas e discriminação.....	95
IV	<i>Corporate social responsibility</i> e ética no tratamento de dados.....	99
V	Conclusão.....	104
	Referências.....	104

PARTE II

EMPRESA, PODER ECONÔMICO E ATIVIDADE ECONÔMICA EM SUAS DIMENSÕES ORGANIZACIONAIS E FUNCIONAIS

A SUBCAPITALIZAÇÃO SOCIETÁRIA COMO FUNDAMENTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

MARIANA ROCHA TOMAZ	109	
I	Introdução.....	109
II	O capital social.....	110
II.1	Capital social e patrimônio.....	110

II.2	Funções do capital social	112
III	O capital social e a limitação da responsabilidade	114
III.1	Histórico de surgimento da limitação da responsabilidade	114
III.2	A limitação da responsabilidade e a socialização do risco	115
III.3	O capital social como contrapartida à limitação da responsabilidade	118
III.4	Os parâmetros da adequada capitalização	118
IV	Subcapitalização e responsabilidade	121
IV.1	Subcapitalização material	121
IV.2	Subcapitalização nominal	123
IV.3	A teoria da desconsideração da personalidade jurídica	124
IV.4	A subcapitalização como fundamento da desconsideração da personalidade jurídica	128
IV.5	Solução para a subcapitalização	131
IV.6	Momento de imputação da responsabilidade	131
IV.7	Sujeito ativo: a análise dos credores	131
V	Conclusão	134
	Referências	135

**FUNDOS DE INVESTIMENTOS E REPERCUSSÕES SOCIETÁRIAS ATUAIS.
A RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES, GESTORES, COTISTAS E
CUSTODIANTES E OS DESAFIOS ORIUNDOS DO CONTROLE EXTERNO, DO
BOARD INTERLOCKING E DA INFLUÊNCIA DOMINANTE DE COTISTAS**

MARCELO H. G. RIVERA M. SANTOS	137	
I	Introdução	137
II	Da natureza jurídica dos fundos de investimentos	138
II.1	Fundos de investimentos – natureza jurídica de condomínios	139
II.2	Fundos de investimentos – natureza jurídica de sociedades	141
II.3	Fundos de investimentos – natureza jurídica de sociedade com características e regime jurídicos próprios, instituídos por normas regulamentadoras especiais	143
III	Das responsabilidades daqueles agentes que atuam no contexto do fundo de investimento	144
III.1	Da responsabilidade do administrador do fundo de investimento	145
III.2	Da responsabilidade do gestor do fundo de investimento	148
III.3	Da responsabilidade do custodiante do fundo de investimento	149
III.4	Da responsabilidade do cotista do fundo de investimento	150
IV	Algumas repercussões societárias atuais dos fundos de investimentos	151
IV.1	Controle externo exercido por fundo de investimento	151
IV.2	O desafio do <i>board interlocking</i>	152
IV.3	Influência dominante e relevante de cotistas	153
V	Conclusões	153
	Referências	155

INVESTIDORES INSTITUCIONAIS E A SOCIOLOGIA ECONÔMICA: NOVAS FERRAMENTAS PARA O DIREITO ANTITRUSTE?

MÔNICA TIEMY FUJIMOTO	157
I Introdução	157
II O problema dos investidores institucionais	158
III A Sociologia como ferramenta para o Direito Concorrencial	162
IV A concepção de controle de Fligstein.....	165
V A atuação dos investidores institucionais nas empresas investidas	169
VI Conclusão	174
Referências	175

PARTE III

EMPRESA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E MERCADO

BIG DATA, PLATAFORMAS DIGITAIS E PRINCIPAIS IMPACTOS SOBRE O DIREITO DA CONCORRÊNCIA

ANA FRAZÃO	181
I Introdução	181
II Os impactos concorrenciais dos dados e dos algoritmos.....	181
III O poder das plataformas digitais e suas repercussões sobre o Direito da Concorrência	183
IV O Direito da Concorrência diante dos desafios gerados pela economia movida a dados	187
V <i>Big data</i> e importantes riscos concorrenciais já mapeados no âmbito do controle de estruturas e do controle de condutas	190
VI Necessárias adaptações da metodologia antitruste.....	193
VII Considerações finais	197
Referências	197

GIGANTES DA INTERNET. NOVAS FORMAS DE PODER EMPRESARIAL E DESAFIOS PARA O DIREITO ANTITRUSTE

THALES DE MELO E LEMOS	201
I Introdução	201
II Poder muito além do econômico.....	202
III Desafios para o antitruste	205
III.1 Plataformas digitais e efeitos de rede	207
III.2 <i>Big Data</i> , privacidade e vantagens competitivas	211
IV Conclusão	214
Referências	215

PLATAFORMAS DIGITAIS. REPERCUSSÕES EM TERMOS DE CONDUTAS
ANTICOMPETITIVAS DISCRIMINATÓRIAS

FERNANDA GARCIA MACHADO	217
I Introdução	217
II Plataformas digitais: conceito, vantagens e desafios	219
II.1 Interdependência entre agentes e os efeitos de rede	220
II.2 Ferramental antitruste aplicável às plataformas: o que muda?	223
III Plataformas digitais e condutas anticompetitivas discriminatórias	225
III.1 <i>Margin squeeze</i> e condutas discriminatórias.....	226
III.2 Condutas discriminatórias no contexto de plataformas digitais integradas verticalmente	227
III.3 Regulação de plataformas digitais: discussões sobre alguns princípios norteadores	230
IV Considerações finais	231
Referências	232

IMPLICAÇÕES DO *BIG DATA* NA ANÁLISE DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO.
UMA BREVE ANÁLISE DO CASO FACEBOOK/WHATSAPP

HELOISA MEIRELLES BETTIOL	235
Introdução	235
I <i>Big Data</i> e mercados digitais	237
I.1 Conceito de <i>Big Data</i>	237
I.1.1 Volume	238
I.1.2 Velocidade	238
I.1.3 Variedade.....	239
I.1.4 Valor	240
I.2 Dados são a nova moeda para a transformação digital	240
I.3 O ecossistema das plataformas digitais.....	241
I.4 O efeito de rede	242
II Implicações.....	243
II.1 Identificação do mercado relevante.....	245
II.2 Poder de mercado.....	246
II.3 Barreiras à entrada e rivalidade efetiva	247
III Análise do caso Facebook/WhatsApp	249
III.1 Breve introdução sobre o caso.....	249
III.2 Reflexões sobre o caso	250
Conclusão	252
Referências	252

REPERCUSSÕES CONCORRENCIAIS DAS *DISTRIBUTED LEDGER TECHNOLOGIES* (DLTs)

LEVI BORGES DE OLIVEIRA VERÍSSIMO	255
I Introdução	255
II <i>Distributed Ledger Technologies</i> : conceito, características e tipos	256
II.1 Conceito e características	256
II.2 <i>Blockchain</i> pública e privada (ou por permissão).....	257
III A influência competitiva das DLTs.....	259
III.1 Controle de estruturas: novos modelos de organização empresarial (DAOs e DACs) e o Direito da Concorrência.....	260
III.2 Controle de condutas: perspectivas	262
IV DLT como ferramenta regulatória	264
V Conclusões	265
Referências	266

ALGORITMOS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, MERCADOS. DESAFIOS AO ARCABOUÇO JURÍDICO

CARLOS EDUARDO GOETTENAUER	269
I Introdução	269
II Algoritmos, inteligência artificial e <i>machine learning</i>	271
II.1 Algoritmos.....	271
II.2 Inteligência artificial e <i>machine learning</i>	272
III O caráter problemático da inteligência artificial.....	274
III.1 Imprevisibilidade	275
III.2 Incontrolabilidade	276
III.3 Distributividade	276
IV O uso de algoritmos em atividades econômicas	277
IV.1 <i>Credit Scoring</i> e perfilamento social	278
IV.2 Algoritmos de precificação	280
V O regime jurídico da inteligência artificial	281
V.1 A responsabilidade dos algoritmos de inteligência artificial.....	281
V.2 Colhendo os frutos do trabalho intelectual artificial	283
VI Conclusão	284
Referências	284

O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO. DO FOMENTO ESTATAL À REGULAÇÃO

LUCAS PEREIRA BAGGIO	287
I Introdução	287
II O papel do Estado no fomento ao desenvolvimento tecnológico.....	288
II.1 Aspectos gerais da discussão: qual o papel do Estado na sociedade contemporânea?.....	288

II.2	Entre o Estado subsidiário e o Estado empreendedor.....	289
II.3	A opção brasileira consolidada na Constituição Federal.....	294
III	O papel do Estado na regulação da inovação.....	298
III.1	Contextualização necessária: entre a mudança tecnológica e a segurança jurídica e social.....	298
III.2	Alguns desafios para a regulação da inovação tecnológica.....	300
III.3	Alguns limites materiais e temporais à regulação estatal da inovação tecnológica.....	302
IV	Considerações finais.....	305
	Referências.....	306

REPERCUSSÕES CONCORRENCIAIS DA INTERNET DAS COISAS

MARCELO CESAR GUIMARÃES	309	
I	Introdução.....	309
II	A internet das coisas no contexto da Quarta Revolução Industrial.....	310
III	O direito da concorrência na economia digital.....	313
IV	IoT e o controle de estruturas.....	315
V	IoT e o controle de condutas.....	320
V.1	Condutas colusivas.....	320
V.2	Condutas unilaterais: discriminação comportamental de preços.....	321
VI	IoT e regulação.....	327
VI.1	Aspectos gerais.....	327
VI.2	IoT e o regime de responsabilidade concorrencial.....	328
VII	Considerações finais.....	331
	Referências.....	331

O USO DE ACORDOS DE COMPENSAÇÃO (*OFFSET*) COMO INSTRUMENTOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM UM CONTEXTO DE ESTADO EMPREENDEDOR

RONALDO BACH DA GRAÇA	335	
I	Introdução.....	335
II	O Estado empreendedor como modelo de inovação.....	336
III	A tripla hélice da inovação.....	338
IV	Chutando a escada.....	341
V	Da imitação à inovação.....	342
VI	O <i>offset</i> como proposta.....	344
VII	O capitalismo de laços: risco de tudo o que envolve dinheiro público.....	346
VIII	Teorias libertárias: o contraponto.....	349
IX	Conclusão.....	351
	Referências.....	353

INOVAÇÃO PREDATÓRIA: UM NOVO OLHAR DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA SOBRE AS INOVAÇÕES NA NOVA ECONOMIA

PAULA BAQUEIRO	355
Introdução	355
I Inovação, competição e antitruste: repensando as interações	356
II Inovação predatória: desafios, preocupações e possibilidades.....	361
II.2 Inovação predatória? Compreendendo o termo e delineando um conceito	362
II.2.1 Desafios iniciais para lidar com o fenômeno.....	363
II.3 A necessidade de um conceito jurídico próprio	364
II.4 Casos na jurisprudência norte-americana	368
II.4.1 <i>California Computer Prods, Inc. v. IBM Corp.</i>	369
II.4.2 <i>Caldera, Inc. v. Microsoft Corporation</i>	370
II.4.3 <i>Intel Corporation</i>	371
II.5 Apontamentos preliminares	373
II.6 Proposição: estruturação de uma regra da razão especializada	374
Conclusão	381
Referências	382
 SOBRE OS AUTORES.....	 383